



SÓ FALTA VOCÊ

"...QUEM HONRA, HONRA. Romanos 13:7..."



SINDICATO UNIÃO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Site: www.sindicatouniao.org.br

E-mail: sindicatouniao@gmail.com / presidencia@sindicatouniao.org.br

"...Quem honra, honra. Romanos 13:7..."



Sinduniãoexpress nov/dez/2010

SINDICATO UNIÃO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO
É NECESSÁRIO FAZER O RECÁLCULO DO PLANO DE CARGOS E
CARREIRAS – PCC, POIS HÁ INDÍCIOS DE DISTORÇÕES DOS VALORES
“A SOLICITAÇÃO SERÁ VIA ADMINISTRATIVA”

BASTANDO PREENCHER O FORMULÁRIO NO QUE COUBER NA SUA FUNÇÃO E CARGO.

NOME: _____

CARGO: _____

OBS: JUNTAR XEROX DO HOLERITE, ANTERIOR AO PCC, O ATUAL COM O NOVO ENQUADRAMENTO, SE FOR O CASO A CÓPIA DA FUNCIONAL.

- 1) – ESTOU EM FASE PROBATÓRIA? SIM _____/NÃO _____;
- 2) – QUANTOS ANOS DE FUNÇÃO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA? _____
- 3) – VOCÊ JÁ OCUPOU OUTRA FUNÇÃO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA? QUAL? _____ DE _____/_____/19____ À _____/_____/____;
- 4) – QUINQUÊNIOS QUANTOS? _____, FOI CONTADO COM O TEMPO DE OUTRAS SECRETARIAS ESTADUAIS, MUNICIPAIS OU FEDERAIS? SIM _____/NÃO _____, TEM A CONTAGEM DE INSALUBRIDADE EXPEDIDA INSS? SIM _____/NÃO _____/OUTROS _____.
- 5) AO TRAZER A CONTAGEM DE TEMPO DE OUTRA SECRETARIA, VOCÊ TROUXE ALGUMA VANTAGEM? SIM _____/NÃO _____ QUAL? _____
- 6) – VOCÊ É OPTANTE POR 6 HORAS DE TRABALHO, EM VIRTUDE DO SEU CARGO NA ÉPOCA, SÉCULO PASSADO? SIM _____/NÃO _____ EM QUE CARGO _____;
- 7) - SEXTA PARTE ENQUADRAMENTO VIA ADMINISTRATIVA IMPLEMENTADA PELO ANTIGO DEPE OU A ATUAL SRH? SIM _____/NÃO _____, CASO OBTIVE VIA JUDICIAL, REMETA CÓPIA DA SENTENÇA, OU Nº DO PROCESSO, VARA E O ENCABEÇANTE;
- 8) – VOCÊ TEM ALGUMA VANTAGEM ALCANÇADA VIA JUDICIAL?, SIM _____/NÃO _____, REMETA CÓPIA DA SENTENÇA, OU Nº DA AÇÃO E VARA E O ENCABEÇANTE;
- 9) VOCÊ TEM ALGUMA VANTAGEM EM DECORRÊNCIA DE CARGO QUE OCUPA OU OCUPOU, COMO TAMBÉM EM SUBSTITUIÇÃO? SIM _____/NÃO _____ QUAL? _____ QUANTOS ANOS? _____ INCORPOROU? SIM _____/NÃO _____ VOCÊ TEM AS PUBLICAÇÕES? SIM _____/NÃO _____;

OBSERVAÇÕES: _____

REMETA ESTE FORMULÁRIO, A RUA DO CARMO, 44 – 3º ANDAR, CENTRO – SÃO PAULO – CEP: 01029-020 OU RUA GIL PIMENTEL MOURA, 50 – CENTRO – LINS – CEP: 16.400-000

AUTORIZO MINHA FILIAÇÃO AO SINDICATO UNIÃO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, NOME: _____, CARGO: _____, MATRÍCULA TJ _____/DC _____, POSTO DE TRABALHO: _____, COMARCA: _____, ENDEREÇO RESIDENCIAL: _____ Nº _____ APTº _____, BAIRRO _____, CIDADE: _____ CEP: _____, TELEFONES: _____ CEL: () _____, EMAIL: _____ LOCAL: _____ DATA: _____/_____/2010

ASSINATURA: _____

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 12/02/2011, plenária de discussão: organização sindical, negociação coletiva, comissão de base, conselho interdisciplinar de atenção à saúde e segurança no ambiente de Trabalho, alteração estatutária para adequação da jurisprudência, normas em vigor e estrutura sindical. Local: Subsede Lins, Rua Gil Pimentel Moura, 50 – Lins – SP.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

AGORA É A SUA VEZ!

Garantimos a equidade com o Plano de Cargos e Carreiras Lei Complementar nº 1.111/2010, juntamente com o reajuste salarial, que estarão garantidos em seus vencimentos, conforme acordo no Dissídio Coletivo que o Sindicato União Impetrou e o Órgão Especial do TJ, HOMOLOGOU, em 8/09/2010 - Nº 990.10.205854-9.

Leia na integra este boletim.

Duvidas ligue 11 3107-0058 ou 14 3532-6144.

PARTICIPE!

ENCONTRO ESTADUAL ESCRIVENTES E ESTENOTIPISTAS

Para **Filiados e não filiados**. Data: 11/12/2010 – Local: Rua Mjº Mattos Guedes, 946- Em frente ao comando do exercito – Sede Campestre Afujucol – Lins – SP. Hora: 8h em diante. Tema: Distorções no Plano de Cargos e Carreiras. **Aberto a todos**. Almoço gratuito. A piscina também **poderá ser usada por seus familiares**, obrigatória apresentação de atestado médico,

CULTO CÍVICO DE FIM DE ANO

Por aprovação da categoria em Plenária Regional na Comarca de Marília realizaremos o CULTO CÍVICO DE FIM DE ANO: Data: 18/12/10 - Local: Tênis Clube de Marília – Av. Rio Branco, 949 – Salgado Filho – Marília – SP - Hora: 19h. O uso das dependências do clube estará disponível das 8h as 17h. Almoço gratuito, como também o uso da piscina. OBS: Ônibus de São Paulo dia: 17/12 às 23h com retorno marcado para: 18/12. Urgente, coloque seu nome na lista. Tel: 11- 31070058.

JORNADA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, A LUTA NÃO PARA!

No dia 09 de novembro/10, o Sindicato União, as Associações do Judiciário, e cerca de 2.000 Servidores, estiveram na Assembléia Legislativa em defesa do Orçamento do Tribunal de Justiça de 2011, para garantir o acordo do Dissídio Coletivo. Às 14h30min, houve reunião com o Colégio de Líderes da Assembléia Legislativa, conforme solicitado pelo Sindicato União, estando presentes o Presidente da casa, Barros Munhoz, a Diretoria do Sindicato União composta por seu Presidente Wagner José de Souza, Secretária Adjunta Diva Ferreira, Diretor Miguel de Paiva Soares, Diretor Mario Rodrigues Filho, Diretor Luciano de Mattos Rodrigues, Conselheiro Décio Prado Nogueira, Diretor José Ferreira Junior e Luciano Kiniti Tokumo, o Presidente da APAMAGIS Desembargador Paulo Dimas, o vice-presidente da OAB-SP, Dr. Marcos da Costa, representantes das Associações do Judiciário, os Desembargadores Luiz Edmundo Marrey Uint, Tarso Duarte de Melo e os Líderes de todos os partidos. Durante a reunião, foram apresentadas à liderança da ALESP as arbitrariedades do corte ocorrido no Orçamento do Tribunal de Justiça para o exercício de 2011, descumprindo o acordo do Dissídio Coletivo. O presidente da ALESP, Deputado Barros Munhoz, enfatizou que o Legislativo ainda tem tempo para debater amplamente as reivindicações do Judiciário, uma vez que o Projeto de Lei 711/2010 – Orçamento do Estado para 2011 está disponível para recebimento de emendas dos parlamentares. “Após isso, ainda temos mais 30 dias para que a Comissão de Finanças e Orçamento apresente suas emendas”, esclareceu Munhoz. Os representantes da APAMAGIS e OAB/SP em suas falas defenderam que se mantenha o acordo do Dissídio Coletivo na peça Orçamentária para 2011, entre outras colocações a respeito do corte feito pelo executivo no Orçamento do Poder Judiciário. Falaram pelos Servidores o Presidente do Sindicato União, Wagner José de Souza, e o Vice Presidente da Assojuris Carlos Alberto Marcos.

Em sua fala o Presidente do Sindicato União defendeu que fosse feita emenda ao PL nº 711/10, que trata do Orçamento Geral do Estado de São Paulo, no valor de R\$921.487.000,00, destinados para o pagamento de vencimentos dos Servidores (não magistrados) do quadro de funcionários do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, uma vez que o TJ comprometeu-se a proceder à revisão da reposição pretendida no dissídio coletivo de 20,16%, a partir de janeiro de 2011, sendo que 4,77% devem ser retroativo a março de 2010. Reiterou que esta verba é referente às perdas inflacionárias acumuladas até março de 2010, uma vez que a Lei 12.177, de 21 de dezembro de 2005, fixou em 1º de março de cada ano a data-base para a revisão dos vencimentos e proventos dos Servidores ativos e inativos do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal. O Deputado Barros Munhoz finalizou a reunião, informando a todos que as emendas podem ser apresentadas até o dia 11. Depois disso, a Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia tem mais 30 dias para também fazer emendas, reiterando o que foi dito no início da reunião.

Após a reunião os representantes das entidades retornaram para o Ato público que estava ocorrendo com os Servidores de diversas Comarcas, nos auditórios Franco Montoro e Paulo Kobayashi. Participaram do evento os deputados estaduais Carlos Giannazi (PSOL), Olímpio Gomes (PDT), José Bittencourt (PDT) e Maria Lúcia Prandi (PT). Esteve presente também representando o Tribunal de Justiça o Desembargador Antonio Carlos Malheiros, presidente da Comissão Salarial do TJ. O

Desembargador Antonio Carlos Malheiros firmou compromisso de marcar nova reunião com as entidades, já agendada para o dia 18 de novembro/10. Afirmou também que irá ampliar o prazo de preenchimento do Questionário / Greve, considerando que o Tribunal não está cumprindo o que foi firmado no acordo do Dissídio Coletivo, que é o mutirão e não compensação de horas.

QUEM ACREDITOU FEZ A HISTÓRIA!

“LUTAR É PRECISO, MOBILIZADOS SEMPRE”

Agenda em continuação ao movimento 2010:

Conclamamos a Ida dos Servidores do Judiciário em suas Comarcas a Câmara Municipal, para solicitarem que seus vereadores façam REQUERIMENTO, ao Governador, Secretário de Planejamento e Fazenda, bem como aos Deputados Estaduais, para manter os 20,16% dentro do Orçamento Geral do Estado com votação favorável, fim único, a folha de pagamento de Servidores do TJ, por acordo em dissídio coletivo TJ nº 990.10.205854-9,

PLANO DE CARGOS E CARREIRA, QUE NÃO É SALÁRIO, CERTO?

Em virtude da Greve recente do Judiciário Bandeirante do qual fomos protagonistas, nos primeiros dias após deflagrarmos o movimento paredista, o Governador do Estado de São Paulo, procurou logo CONFUNDIR os Servidores do Judiciário e a população dizendo MALDOSAMENTE que o Plano de Cargos e Carreiras (PCC) estaria sendo votado pela Assembleia Legislativa e teria uma verba de 180 milhões, da qual representaria cerca de 5% de aumento no salário dos Servidores, o EMBUSTE é tão grande que os valores não correspondem. Por outro lado somente e tão somente, foi votado por aquela Casa de Leis, em decorrência do movimento paredista, e arrisco qualquer lucubração contrária, que já ouvimos até insultos É ESTE PLANO QUE VOCES LUTARAM? SIM é este, insisto não é salário. Mas necessitávamos de Plano de Cargos e Carreiras (PCC), pois é somente através dele que PODERÍAMOS ESTENDER AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS também a valorização, reconhecimento de títulos, e demais vantagens. Outros deverão vir para reverter erros deste, o Sindicato União já esta trabalhando o PCC-2.

A VERDADE

Todos nós recebemos um valor a mais, seja qual ele for, não existe nenhum reajuste no plano de Cargos e Carreiras, o que há é uma readequação e reenquadramento, dos quais estamos detectando vários ERROS em cálculos, CHAMAMOS a atenção de todos, que REMETAM O QUESTIONÁRIO ANEXO, TOTALMENTE PREENCHIDO, juntamente com as informações e documentos solicitados. Vamos providenciar a correção caso a caso. Lembramos que nenhuma decisão individual é extensiva a outros, portanto insistimos CASO A CASO.